

Bases históricas da criação dos cursos técnicos integrado ao ensino médio no Brasil

Átila Alixandre de Moraes
Odair Diemer

Resumo

A história da educação no Brasil é marcada pela dualidade, entre o ensino técnico para os pobres e o propedêutico para os ricos. O ensino médio técnico integrado é uma modalidade de ensino que coaduna a formação básica à técnica, rompendo a dualidade histórica registrada na educação profissional brasileira, fomentando, ao mesmo tempo, o ensino da cultura geral e da formação profissional. A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma breve descrição e discussão das bases históricas do ensino médio técnico integrado no Brasil. Os procedimentos metodológicos adotados foram de pesquisa qualitativa de natureza descritiva e explicativa. Na década de 80, houve discussões sobre a criação de um projeto de ensino médio comprometido com as classes trabalhadoras, sendo a principal proposta delineada por Demerval Saviani, com a ênfase de oportunizar a formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos. As bases, fundamentavam-se na concepção do ensino médio integrado, norteado pelos conceitos de politécnica, educação unitária e omnilateralidade. As discussões avançaram somente em 2003 e com o Decreto nº 5.154/2004 passou a admitir a integração entre a educação profissional e o ensino médio, contudo, apenas nas modalidades concomitante e subsequente. A partir de 2008 essa modalidade de ensino avançou significativamente, com a Lei nº 11.892 que criou os Institutos Federais e estabelecendo uma reserva de no mínimo 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Palavras-chave: Dualidade Educacional; Educação Politécnica; Institutos Federais

Abstract

(Brazilian history of education was marked by duality between technical education for the poor and propaedeutical for the rich. The integrated technical high school is a education modality that coadunes the basic training to the technical, breaking the historical duality registered in Brazil, while fostering the teaching of general culture and professional training. The objective of the present research was to make a brief description and discussion of the historical base of the technical secondary education integrated in Brazil. The methodological procedures adopted were qualitative research of a descriptive and explanatory nature. In the 80s, there were discussions about the creation of a secondary education project committed to the working class, the main proposal was outlined by Demerval Saviani, with the emphasis on providing professional training integrated with general training in its multiple humanistic and scientific aspects -technological. The bases were based on the conception of integrated secondary education, guided by the concepts of polytechnics, unitary education and omnilaterality. The discussions only advanced in 2003 and with the Decree 5,154 / 2004 it started to admit the integration between vocational and secondary education, however, only in the concomitant and subsequent modalities. As of 2008 this modality of education advanced significantly, with the Law Nº. 11,892 created the Federal Institutes and established a reserve of at least 50% of their places for the provision of technical courses integrated with secondary education

Keywords: Educational Duality; Polytechnic Education; Federal Institutes

Introdução

Com o fim da ditadura cívico-militar no Brasil, o movimento de redemocratização nos anos de 1980 possibilitou intensas transformações, com mudanças nos cenários políticos, sociais e econômicos. Na educação, a publicação da nova Constituição em 1988, permitiu e abriu espaço para uma nova Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que foi promulgada em 1996. Nesta lei, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve destaque, inicialmente com quatro artigos destinados ao ensino técnico profissional, que versavam sobre as possibilidades de uma educação integrada e para o mundo do trabalho¹. Anteriormente a publicação da LDB de 1996, o ensino técnico de nível médio esteve praticamente a serviço do mercado e distante de uma formação integral².

A partir de 2003 com a retomada das discussões da importância do ensino profissional integrado e, posterior decreto 5.154 publicado em 2004 que instituiu a possibilidade do ensino profissional integrado ao ensino médio, a EPT inicia um avanço que é materializado com a criação dos Institutos Federais (IFs) por meio da Lei 11.892/2008³. A criação dos IFs proporcionou aos jovens do Brasil a ampliação da oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio, como uma alternativa ao ensino propedêutico, dominante nas redes de educação.

De acordo com Ramos⁴, o Ensino Médio Técnico Integrado visa à conexão de conhecimentos gerais e específicos, contemplando a formação básica e a profissional de maneira que os estudantes se tornem capazes de compreender a realidade e o mundo que estão inseridos. Portanto, esta modalidade de ensino, unifica a formação básica à técnica, buscando romper a dualidade histórica registrada na educação profissional brasileira, fomentando, ao mesmo tempo, o ensino da cultura geral e da formação para o mundo do trabalho.

A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma breve descrição e discussão das bases históricas do ensino médio técnico integrado no Brasil, sendo caracterizada por procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa de natureza descritiva e explicativa. Para tanto, o texto foi dividido em quatro tópicos: **1)** Bases Conceituais da EPT no Brasil: A Educação Profissional no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996; **2)** O ensino propedêutico e a educação profissional: A dualidade da educação brasileira; **3)** A Formação integral na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil a partir do Decreto 5.154 de 2004; e **4)** Considerações finais.

¹ Abiana Campos Mendes. "Reforma da Educação Profissional e as formulações e ações para as escolas criadas com o projeto de expansão da Rede Federal". *Conex. Ci. e Tecnol.* Fortaleza/CE, v. 5, n. 2, p. 24-31, jul. (2011) <http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/download/199/313> (acessado em 15 de maio de 2019).

² Ramon de Oliveira. "Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.35, n.1, p. 051-066, jan./abr. (2009). <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a04v35n1.pdf> (acessado em 20 de maio de 2019).

³ Mendes, 24.

⁴ Marise Nogueira Ramos. "Reforma da Educação Profissional: Contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível". *Trab. Educ. Saúde*, v. 5 n. 3, p. 545-558, nov.2007/fev. (2008). <http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/13.pdf> (acessado em 10 de abril de 2019).

Bases Conceituais da EPT no Brasil: A Educação Profissional no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996

As mudanças ocorridas no campo econômico, tecnológico no mundo a partir de 1980 com a ascensão do neoliberalismo e a dinâmica da flexibilização da produção e do trabalho, a discussão pedagógica e sociológica sobre a qualificação do trabalhador passa por um redimensionamento baseado em competências e (re)criaram uma lógica dualista para a educação⁵.

A última década do século XX inicia-se com debates no mundo inteiro sobre a adequação dos sistemas educacionais a nova ordem do capital e um dos primeiros grandes debates foi a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” em Jomtien, na Tailândia em 1990, na qual foi discutido a qualidade da educação básica nos países participantes⁶.

Nesse período, há uma entrada maciça de organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros que pautavam reformas na educação sob uma perspectiva mercadológica e com um olhar econômico do neoliberalismo⁷.

Os anos de 1990 foram um marco na educação brasileira, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB em 1996, aprovada durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, preconiza uma educação voltada para a cidadania e meios para progredir no trabalho e nos estudos⁸.

A educação profissional técnica de nível médio, em 1997, tem uma alteração significativa nas suas bases com a promulgação do Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997, no qual versava sobre a separação do ensino técnico de nível médio o ensino regular, sendo prioritariamente ofertada na forma concomitante e subsequente e, assim, o ensino médio obtém um caráter propedêutico e dual⁹.

As transformações não foram apenas na forma de oferta da educação profissional, houve uma reformulação curricular, pautada em competências para traçar o perfil do futuro profissional com metodologias pautadas em resolução de problemas e projetos¹⁰.

Durante a campanha presidencial de 2002, o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, propunha uma “Educação para o tamanho do Brasil”, para reverter, segundo o então candidato, uma

⁵ Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta. “Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado”. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf> (acessado em 15 de abril de 2019).

⁶ *Ibid.*, 97-98.

⁷ *Ibid.*, 96.

⁸ *Ibid.*, 93-130.

⁹ Eliezer Pacheco, org., *Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio. Proposta de diretrizes curriculares nacionais* (São Paulo: Moderna, 2012). <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf> (acessado em 25 de abril de 2019).

¹⁰ Marise Nogueira Ramos. “A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais”. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 401-422, setembro (2002). <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12939.pdf> (acessado em 20 de abril de 2019).

dívida social ocasionada pelos governos anteriores. Em 2003, ocorre em Brasília o “Seminário Nacional de Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas” e o “Fórum Nacional de Educação Tecnológica”, no qual discussões acerca dos currículos nas instituições de ensino técnico, abrindo caminho para a revogação do decreto 2.208 de 1997¹¹.

Após as discussões sobre os possíveis caminhos da EPT no Brasil, em 2004 o Decreto 2.208 de 1997 é revogado e foi substituído pelo Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, no qual prevê a educação profissional de forma articulada ao ensino médio, propondo amenizar o dualismo existente na educação brasileira¹². O decreto prevê as seguintes premissas para a educação profissional e tecnológica:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;

III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e

IV - a indissociabilidade entre teoria e prática¹³ (BRASIL, 2004, grifo autor).

Percebe-se pelo Decreto que as premissas da educação profissional visam uma formação ampla, porém de acordo com Rodrigues (2005), as mudanças foram pequenas e apenas reconhecem a dualidade existente na educação profissional trazendo à tona a volta da possibilidade do ensino integrado, mantendo as formas existentes no decreto anterior.

Após o Decreto 5.154 de 2004, o governo ratifica-o por meio a Lei 11.741 de 16 de julho de 2008 que alteraram os artigos 37, 39, 41 e 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 colocando a educação profissional na esfera da educação básica, tornando-a parte da política educacional nacional e possibilitando seu desenvolvimento no ensino médio¹⁴.

Em 2008 o governo institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A superação

¹¹ Mendes, 26.

¹² Francisca Natália Silva; Erika Roberta Silva Lima; Lenina Lopes Soares Silva. “Trajetória do ensino médio e da educação profissional no Brasil”. *Holos*, Ano 33, Vol. 03, (2017). <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/5753/pdf> (acessado em 10 de abril de 2019).

¹³ Os incisos destacados foram acrescentados pelo decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014.

¹⁴ Daniel Martins Neiva Filho, Carlos Alexandre Bastos de Vasconcellos Bastos Vasconcellos, Rodrigo Otávio Lopes de Souza Otávio Lopes. “Políticas públicas em educação profissional tecnológica: um foco na formação do curso técnico de nível médio em meteorologia do CEFET/RJ (2000-2009)”. *HOLOS*, Ano 31, Vol. 8, (2015). <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2609/1330> (acessado em 28 de abril de 2019).

da dualidade da educação brasileira e não formar apenas para o mercado de trabalho, estão entre os objetivos propostos na lei¹⁵.

As contradições na Educação Profissional e Tecnológica brasileira, houve momentos de avanços e retrocessos após a promulgação da LDB de 1996, esta já marcada por um dualismo histórico e agravados pelos interesses do capital como podemos observar nos caminhos percorridos até o momento.

As bases da educação profissional perpassam pela premissa do trabalho como princípio educativo, porém é necessário compreender inicialmente qual a relação trabalho e educação. Saviani¹⁶, pondera que trabalhar e educar são atividades essencialmente humanas, pois o homem na sua formação historicamente aconteceu no e pelo trabalho.

Nas comunidades primitivas, a educação se dava por meio da apropriação dos meios de produção, nos quais os homens se educavam e educavam os seus pares e as novas gerações, ou seja, a produção era apropriada pela coletividade, ancorada nos conhecimentos dos mais velhos para os mais novos¹⁷.

A evolução dos meios de produção e a questão da propriedade privada no mundo antigo provocaram uma divisão de classes, condicionando uma ruptura na relação trabalho e educação, que voltara a ter uma reaproximação efetiva com o surgimento do modo de produção capitalista¹⁸.

O trabalho como princípio educativo provém dos trabalhos de Marx, no qual se referia ao trabalho como um caminho para a emancipação humana, mas somente teria uma efetivação com a compreensão da dimensão que o trabalho ocupa na sociedade¹⁹.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos²⁰, não se deve considerar o trabalho como princípio educativo apenas como um método de aprendizagem e sim compreender que o mesmo possui uma natureza ontológica e ético-política, ou seja, inerente ao ser humano e como um direito.

¹⁵ Vicente Zatti, Sandra Cristina Donner, Edson Regis de Jesus. "Fundamentos Filosófico-Históricos Da Proposta dos Institutos Federais de Educação". *HOLOS*, Ano 30, Vol. 02, 2014. <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1988/803> (acessado em 28 de abril de 2019).

¹⁶ Dermeval Saviani, "Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos", *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. (2007). <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> (acessado em 20 de maio de 2019).

¹⁷ Ricardo Ribeiro. "O Trabalho como Princípio Educativo: algumas reflexões". *Saúde e Sociedade*, v.18, supl.2, (2009). <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s2/07.pdf> (acessado em 10 de abril de 2019).

¹⁸ Saviani, 155.

¹⁹ Ângela Xavier. "Trabalho como princípio educativo – uma perspectiva de emancipação humana no proeja". *Cam. Educ. Franca*, SP, Brasil – ISSN 2175-4217, (2013). <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/viewFile/631/713> (acessado em 15 de abril de 2019)

²⁰ Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos. "O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores". In *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e*

A emancipação por meio do trabalho, a educação torna-se importante aliada no processo, pois a mesma pode proporcionar uma ruptura na alienação, construindo uma consciência crítica e tendo uma formação ampla, e, assim, contribuir para que ocorra uma transformação social.²¹

As legislações atuais da EPT preconizam a superação da dicotomia teoria e prática, e o trabalho como fomento para as práticas educativas, essa articulação deve servir para a formação que visem o amplo desenvolvimento de suas capacidades humanas e intelectuais.²²

O ensino propedêutico e a educação profissional: A dualidade da educação brasileira

O ensino médio brasileiro é uma etapa crítica na formação dos jovens brasileiros, o mesmo assume várias funções que, segundo a LDB de 1996 salienta, a formação para a continuação dos estudos e para o mundo do trabalho e a reconhece, pela primeira vez na história educacional brasileira, como formação essencial a todos os jovens brasileiros²³.

O ensino brasileiro é marcado historicamente por uma dualidade entre um destinado à continuidade dos estudos e outro para o mercado do trabalho principalmente durante os anos de 1940. Tal situação agravou a divisão da educação, com uma destinada a trabalhadores e outra para intelectuais, situações estas que perduraram por décadas posteriores e que permanece presente em alguns aspectos mesmo com a promulgação da LDB de 1996 e os decretos que versam sobre o ensino profissional²⁴.

Os movimentos das legislações e leis que norteavam a educação a partir dos anos de 1950, agravaram a dualidade estrutural, com uma divisão clara em alguns momentos entre o ensino técnico voltado para os menos favorecidos e o acadêmico para a elite²⁵.

certificação educacional e profissional, org. Hélio da Costa & Martinho Conceição. (São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, p. 63-71– CUT, 2005).

²¹ Xavier, 07.

²² Ronaldo Marcos de Lima Araújo; Gaudêncio Frigotto. "Práticas pedagógicas e ensino integrado". *Revista Educação em Questão*, v. 52, n. 38, p. 61–80, (2015). <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/7956/5723/> (acessado em 20 de maio de 2019).

²³ Gisele Lobo Tartuce, Gabriela Miranda Moriconi, Cláudia Davis, Marina Nunes. "Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação". *Cadernos de pesquisa* v.48 n.168 p.478-504 abr./jun. (2018). <http://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-478.pdf> (acessado em 20 de abril de 2019).

²⁴ Christiani Bortoloto Lopes, Claudimara Cassoli Bortoloto, Shiderlene Vieira de Almeida. "Ensino Médio: trajetória histórica e a dualidade educacional presente nas diferentes reformas". *Perspectiva*, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 555-581, maio/ago. (2016). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n2p555> (acessado em 25 de abril de 2019).

²⁵ Eduardo Caliendo Marchesan. "Cinco temas centrais na constituição da relação educação-trabalho no Brasil". *Educação em Revista* - Belo Horizonte- n.34, e180431, (2018). <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e180431.pdf> (acessado em 25 de abril de 2019).

Durante os anos de 1990 a educação brasileira e mundial é marcada por transformações, como a reorganização de estruturas de funcionamento, reorientações curriculares, todas essas relacionadas às mudanças ocorridas devido ao momento histórico, o fortalecimento dos ideais neoliberais e suas influências em todos os segmentos da sociedade, inclusive o ensino por meio de conferências e encontros como a Declaração de Jomteim em 1990²⁶.

A partir do Decreto 5.154 de 23 julho de 2004, o ensino médio brasileiro adota uma perspectiva da integralidade, que prevê a possibilidade de uma educação pautada tanto na formação profissional como para o prosseguimento dos estudos, como assevera a LDB de 1996, mantendo, ao mesmo tempo, um caráter propedêutico a educação básica de nível médio²⁷.

A educação profissional proposta a partir do ensino médio integrado tem como um de seus objetivos a superação da dualidade entre o ensino propedêutico e o profissional, porém a criação de possibilidades para tal situação vai além de leis orgânicas e decretos, às práticas educativas que visem a indissociabilidade do ensino, são fundamentais para a sua efetivação²⁸.

O ensino brasileiro propedêutico brasileiro está intrinsecamente com a forma que foi estruturada desde a chegada dos jesuítas em 1549, e com as políticas educacionais ao longo da história brasileira, estas que foram marcadas por caráter propedêutico em sua essência, pois sempre previa uma formação para o prosseguimento dos estudos, encarado apenas de forma preparatória²⁹.

A educação de nível médio no Brasil, ao longo da história, passa por uma crise de identidade, agravadas pela dualidade que assumiu e mesmo com os pequenos avanços na educação profissional integrada com o Decreto 5.154 de 2003 e a criação dos Institutos Federais em 2008, o ensino médio convive constantemente com a divisão das formas de oferta desta etapa da educação básica³⁰.

Ao longo das discussões sobre a Educação Profissional e Tecnológica de nível médio nos anos 2000, as bases e objetivos com a oferta desta modalidade estiveram em pauta com a formação integral do

²⁶ José Carlos Libâneo. "O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, (2012). <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf> (acessado em 25 de abril de 2019).

²⁷ Dante Henrique Moura. "Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração". *HOLOS*, Ano 23, Vol. 2 – (2007). <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110> (acessado em 25 de abril de 2019).

²⁸ Ronaldo Marcos de Lima Araújo; Gaudêncio Frigotto. "Práticas pedagógicas e ensino integrado". *Revista Educação em Questão*, v. 52, n. 38, p. 61-80, (2015). <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/7956/5723/> (acessado em 25 de abril de 2019);

²⁹ Marlúbia Corrêa de Paula, Mayara Medaglia Leaes de Souza, Lori Viali, Gleny Terezinha Duro Guimarães. "Desafios à educação: do paradigma propedêutico ao politécnico". *Educ.&Tecnol*, Belo Horizonte - v. 20- n. 3, p. 64-77, set./dez. (2015). <https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/download/703/666> (acessado em 20 de abril de 2019).

³⁰ Tartuce, Moriconi, Davis, Nunes, 478-504.

indivíduo por meio das discussões sobre a omnilateralidade e politecnia, que preconiza uma formação ampla e pautada no trabalho como princípio educativo.

A Formação integral na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil a partir do Decreto 5.154 de 2004

As legislações educacionais do Brasil a partir da década de 1990 norteiam às práticas pedagógicas para uma formação integral do indivíduo, pautada na emancipação, protagonismo e autonomia dos estudantes com o dualismo da formação para continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho³¹.

Nos últimos anos a discussão sobre educação integral, em determinados momentos, tem sido confundida com a expansão do tempo do aluno na escola e, a ideia da formação emancipatória por meio da integralidade, está articulada em atender às demandas produtivas do capital³².

Entender a educação integral é fundamental para compreendermos as bases que permeiam a educação profissional asseverada a partir da reestruturação do ensino técnico de nível médio no Brasil, com a promulgação do Decreto 5.154 de 2004³³. A ideia de formação integral remete a formação do homem na sua totalidade, levando em considerações seus aspectos sociais e cognitivos³⁴.

Ao longo da história da humanidade em vários momentos a educação e a formação total do homem é mensurada desde a Grécia antiga, com as discussões em torno da Paidéia, durante a Revolução Francesa com os jacobinos que defendiam uma transformação social com auxílio da educação e por fim, aqui no Brasil no século XX com políticas públicas pautadas na integralidade³⁵.

As discussões em torno da educação profissional e formação integral, estão também pautadas nas discussões socialistas a partir de Marx e, para o mesmo, a educação para a classe trabalhadora deveria estar sustentada numa formação que proporcionasse a integração do trabalho manual e

³¹ José Nilton Alves Júnior, Eugênio Eduardo Moreira. "Formação integral e dualidade estrutural na política de educação profissional no governo Lula: decreto n.º 5.154/04". *Educação em Debate*, Fortaleza, anos 35-38 - n.os 66 -71 jul/dez. 2013, jan./jun., jul/dez. 2014, jan./jun., jul/dez. p. 172 - 183
2015, jan./jun. (2016).
http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21277/1/2016_art_jnapereiraj%C3%BAnior.pdf
(acessado em 30 de abril de 2019).

³² Simone Freire Paes Pestana. "Afim, o que é educação integral?" *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 17, p. 24 - 41, janeiro/junho de 2014.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1713/1562> (acessado em 25 de abril de 2019).

³³ Júnior & Moreira, 172 - 183.

³⁴ Érico Ribas Machado, José Leonardo Rolim de Lima Severo. "Educação Integral e Pedagogia Social: Reflexões Aproximativas Com Base No Contexto Brasileiro". *Journal of Latinos and Education*, 14: 116-124, (2015).
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15348431.2015.1007735?journalCode=hjle20>
(acessado em 25 de abril de 2019).

³⁵ Pestana, 28 .

intelectual, por meio de acesso à ciência, cultura e tecnologia que posteriormente foi adotada pelos estudiosos marxistas como politecnicia³⁶.

Os movimentos que fomentam a Educação Profissional e Tecnológica brasileira dos últimos anos, como as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Médio e o Ensino médio integrado a partir de 2004 pautado na concepção politécnica, ambos salientam a importância da formação integral para superar a dualidade histórica existente na educação brasileira³⁷.

A formação integral preconizada na educação profissional e tecnológica nos últimos anos no Brasil, está ancorada na possibilidade do ensino integrado e, assim a mesma deve estar pautada em uma instrução que abranja todas as dimensões da vida dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem³⁸.

Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, salienta que a educação bancária, levam os envolvidos no processo educacional ao desconhecimento dos mesmos enquanto seres históricos, e a educação deve estar pautada na compreensão da realidade por meio de conhecimento que possibilite esta situação, ou seja, uma formação integral do sujeito³⁹.

Considerações finais

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil avançou nos últimos anos com a criação da Rede Técnica Federal de Ensino técnico, porém ainda podemos observar que a mesma está em construção no que diz respeito a sua identidade. O Decreto 5.154 de 2004 criou algumas possibilidades, como o ensino profissional integrado ao nível médio, mas ainda permite que o ensino técnico possa ser ofertado de maneira concomitante e subsequente.

As políticas públicas para o ensino técnico profissional nos anos 2000 passaram por intensos debates devido a sua descaracterização com Decreto 2.208 de 1997, que suprimiu a possibilidade da formação profissional integrada, gerando assim uma “dívida social” que seria retomada com a ascensão do Governo Lula ao poder em 2003.

³⁶ Dante Henrique Moura & Domingos Leite Lima Filho & Mônica Ribeiro Silva, “Politecnicia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira”, Revista Brasileira de Educação (2015), <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf> (acessado em 28 de abril de 2019).

³⁷ Ibid,

³⁸ Marcela Rafaela de Souza, Maria de Lourdes Teixeira da Silva, Maria do Socorro Silva. “Formação integral e integrada: uma percepção dos docentes do curso de informática do IFRN”. *RBEPT*, Vol. 1, N. 12 (2017). <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5718/pdf> (acessado em 23 de maio de 2019).

³⁹ Paulo Freire. *Pedagogia do Oprimido*. 67ª ed. (Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019).

Mudanças significativas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil ocorreram a partir de 2004 com novas diretrizes para a modalidade e teve parte de sua efetivação com a ampliação e criação da Rede Federal de Educação de EPT em 2008 com a Lei 11.892.

Atualmente, é possível verificar por meio dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio e por outras fontes estatísticas que o Ensino Médio Técnico Integrado ofertado pelos IFs está apresentando efeitos positivos para educação brasileira e, conseqüentemente contribuindo para o desenvolvimento local e regional em função de sua capilaridade.

Sobre os autores:

Átila Aليxandre de Moraes

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande, Brasil

atila.alexandre83@gmail.com

Odair Diemer

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande, Brasil

odair.diemer@ifms.edu.br